

Parâmetros para a avaliação externa da dimensão científica e pedagógica

Despacho nº 13981/2012

Objeto (artigo 1)

- O presente despacho estabelece os parâmetros nacionais para a avaliação externa da dimensão científica e pedagógica a realizar no âmbito da avaliação do desempenho docente, previstos no nº 2 do artigo 6º do Decreto Regulamentar nº 26/2012 de fevereiro.

Avaliação Externa (artigo 2º)

1. A avaliação externa do desempenho docente incide sobre a dimensão científica e pedagógica ,realiza-se na sala de aula e tem como objetivo reconhecer a qualidade do desempenho dos docentes para valorização e progressão na carreira.

Avaliação Externa (artigo 2º)

2. A avaliação da dimensão científica e pedagógica é composta por uma componente interna e uma componente externa que correspondem a 60% do valor obtido no resultado final da avaliação do desempenho docente.

Avaliação Externa (artigo 2º)

3. A avaliação externa da dimensão científica e pedagógica realiza-se através do processo de observação de aulas previsto no artigo 7º, atribuindo-se-lhe uma ponderação de 70% na avaliação global da dimensão científica e pedagógica.

Dimensão científica e pedagógica (artigo 3º)

- ❑ A concretização da dimensão científica e pedagógica decorre das determinações curriculares procedentes do Ministério da Educação e Ciência e do agrupamento de escolas ou escola não agrupada, pelo que o docente deve:

Dimensão científica e pedagógica (artigo 3º)

Orientar a sua
ação em
benefício da
aprendizagem
dos alunos;

Selecionar as
melhores
abordagens
do ensino;

Analisar as
aulas sob o
ponto de vista
da eficácia
dessas
abordagens;

Dimensão científica e pedagógica (artigo 3º)

Criar um ambiente educativo assente em valores comumente reconhecidos, tratando os alunos com a dignidade que esses valores preconizam e assegurando que eles procedam do mesmo modo;

Ter presente a especificidade dos papéis de «aluno» e de «educador/professor», não deixando de considerar as fronteiras que lhe são inerentes.

Parâmetros (artigo 4º)

- ❑ A avaliação externa da dimensão científica e pedagógica efetua-se com base nos parâmetros «científico» e «pedagógico» com igual ponderação de 50% na sua classificação final.

Parâmetro científico (artigo 5º)

O parâmetro científico reporta-se aos conteúdos disciplinares que o docente leciona e representa 40% da percentagem prevista no nº 3 do artigo 2.

O parâmetro científico integra ainda conhecimentos da língua portuguesa que enquadram e agilizam a aprendizagem dos conteúdos disciplinares que representam 10% da percentagem prevista no nº 3 do artigo 2.

Parâmetro pedagógico (artigo 6º)

1. O parâmetro pedagógico integra os elementos didáticos e relacionais.
2. Os elementos didáticos representam 40% da percentagem prevista no nº 3 do artigo 2º e registam os seguintes aspetos:

Parâmetro pedagógico (artigo 6º)

Estruturação da aula para se lecionarem os conteúdos previstos nos documentos curriculares e alcançarem os seus objetivos;

Evolução da aprendizagem e orientação das atividades em função dessa verificação;

Acompanhamento da prestação dos alunos e informação aos mesmos sobre a sua evolução.

Parâmetro pedagógico (artigo 6º)

3. Os elementos relacionais representam 10% da percentagem prevista no nº 3 do artigo 2º e observam os seguintes aspetos:

- 4.

Parâmetro pedagógico (artigo 6º)

Funcionamento da aula com base em regras que acautelem a disciplina;

Envolvimento dos alunos e a sua participação nas atividades;

Estímulos com vista à melhoria da aprendizagem dos alunos.

Observação de aulas (artigo 7º)

1. Nos termos do disposto no nº 2 artigo 18º do Decreto Regulamentar nº 26/2012 ,de 21 de fevereiro, a observação de aulas é obrigatória nos seguintes casos:

Observação de aulas (artigo 7º)

Docentes em
período
probatório;

Para
atribuição da
menção de
Excelente, em
qualquer
escalão;

Docentes
integrados no
2º e 4º
escalões da
carreira
docente;

Docentes
integrados na
carreira que
tenham obtido
a menção de
Insuficiente.

Observação de aulas (artigo 7º)

2. Não há lugar à observação de aulas dos docentes em regime de contrato a termo.
3. Nos termos previstos do Decreto Regulamentar nº 26/2012, a observação de aulas compete aos avaliadores externos.

Observação de aulas (artigo 7º)

4. A observação de aulas corresponde a um período de 180 minutos, distribuído por, no mínimo, dois momentos distintos, num dos dois últimos anos escolares anteriores ao fim de cada ciclo de avaliação do docente integrado na carreira.

Observação de aulas (artigo 7º)

5. Para os efeitos previstos no número anterior, o avaliador externo procede obrigatoriamente ao registo das suas observações, utilizando o modelo constante do anexo I do presente despacho e que dele constitui parte integrante.
6. O modelo a que se refere o número anterior tem carácter indicativo.

Observação de aulas (artigo 7º)

7. Após proceder ao registo de observação de aulas, nos termos previstos nos números anteriores, os avaliadores externos preenchem uma grelha de avaliação nos termos do artigo 8º e conforme o anexo II do presente despacho e que dele faz parte integrante.

Classificação (artigo 8º)

1. A classificação do desempenho de cada docente resultante da observação de aulas realizada pelo avaliador externo efetua-se numa escala de 1 a 10 valores.
2. Para efeitos do previsto no número anterior, a classificação é atribuída de acordo com o expresso no anexo III do presente despacho e que dele constitui parte integrante.

Classificação (artigo 8º)

3. A classificação final a atribuir ao docente na dimensão científica e pedagógica processa-se nos termos definidos no nº 3 do artigo 21º do Decreto Regulamentar nº 26/2012, de 21 de Fevereiro.

Anexos



Anexos

Calendarização da observação de aulas (artigo 9º)

Para os efeitos previstos no nº 4 do artigo anterior, a distribuição dos avaliadores externos, a calendarização da avaliação externa e os respetivos procedimentos administrativos efetuam-se nos termos definidos na legislação aplicável.